

Encontro de Meio Ambiente FIESP / CIESP com a Macro 6

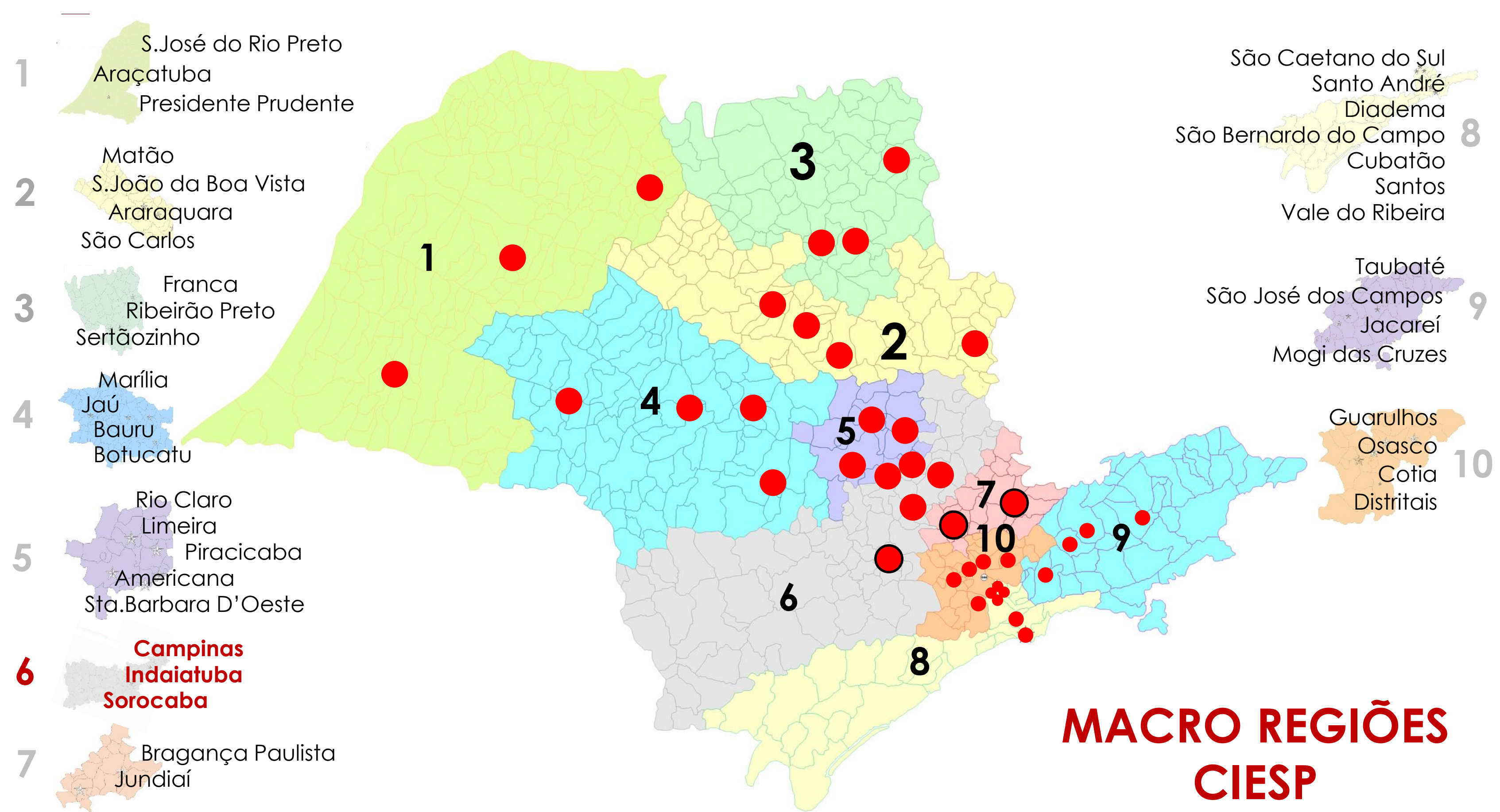
**Agenda do Setor Produtivo com foco
nas questões ambiental e desenvolvimento**

Diretoria de Meio Ambiente – DMA

Sorocaba – SP

28.03.2017





Macro 6



**SUB-REGIÃO 3
ITAPETININGA**

**SUB-REGIÃO 2
TATUI**

**SUB-REGIÃO 4
ITAPEVA**

**SEDE
SOROCABA**

**SUB-REGIÃO 1
PIEDADE**

**SUB-REGIÃO 5
APIAÍ**



DMA: MISSÃO



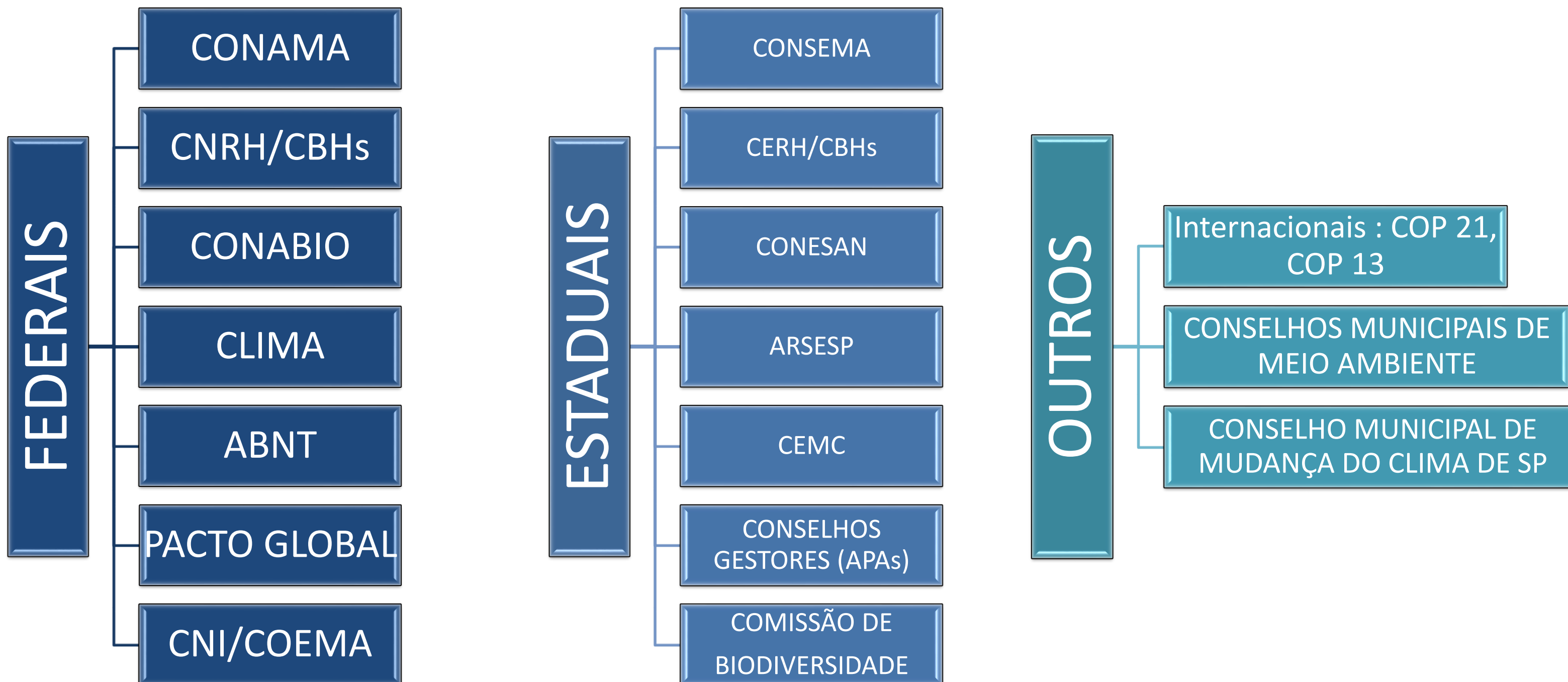
1. DEFESA DA INDÚSTRIA EM FÓRUNS AMBIENTAIS

2. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DISPOSITIVOS LEGAIS E NORMATIVOS

3. APOIO E ALINHAMENTO DEMANDAS DOS SINDICATOS/ SEGMENTOS INDUSTRIAIS

4. PROMOVER A MELHORIA DO DESEMPENHO AMBIENTAL ECONÔMICO E SOCIAL DA INDÚSTRIA

DEFESA DA INDÚSTRIA – Representação em 190 Fóruns



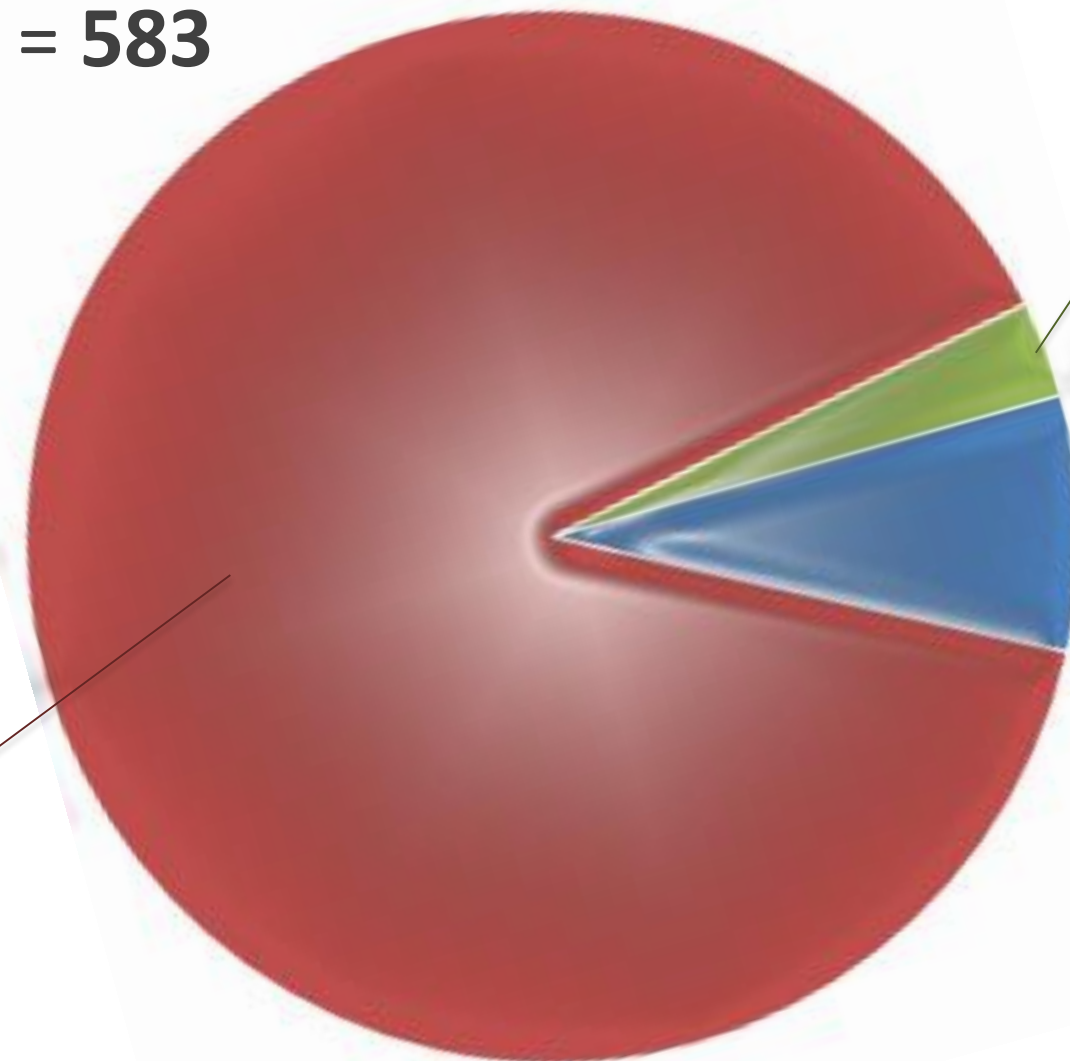
DEFESA DA INDÚSTRIA

Fóruns/Colegiados: 2016

Nº de participações = **583**

Estadual = 519

- SMA /Consema
- CRH
- CBHs



Municipal = 17
Conselhos Municipais

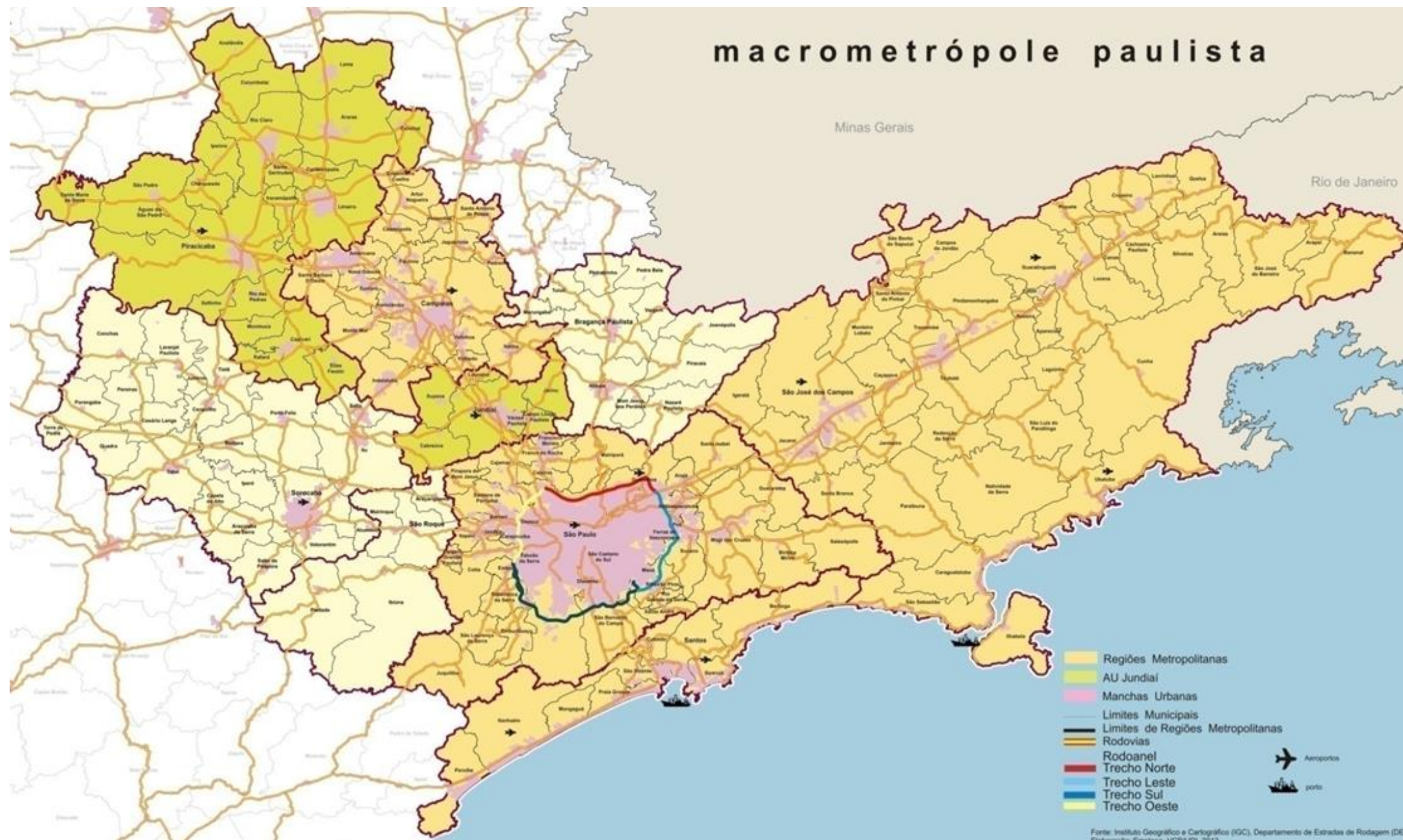
Nacional = 47
ABNT
Pacto Global
CNRH

DESAFIOS

**EVOLUÇÃO DO SISTEMA AMBIENTAL OBJETIVANDO
MAIOR CUSTO-EFETIVIDADE DAS AÇÕES AMBIENTAIS
E POLÍTICAS PÚBLICAS INTEGRADAS COM POLÍTICAS
SETORIAIS PARA O EFETIVO ATENDIMENTO DOS
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ESTABELECIDOS PELA ONU EM 2015.**

PLANOS E ZONEAMENTOS REGIONAIS

- ✓ **Planos metropolitanos - PDUI**
- ✓ **Plano de Bacia Hidrográfica – CBH-SMT**
- ✓ **Unidades de Conservação – Plano de Manejo**
- ✓ **Zoneamento Ecológico-Econômicos – ZEE**



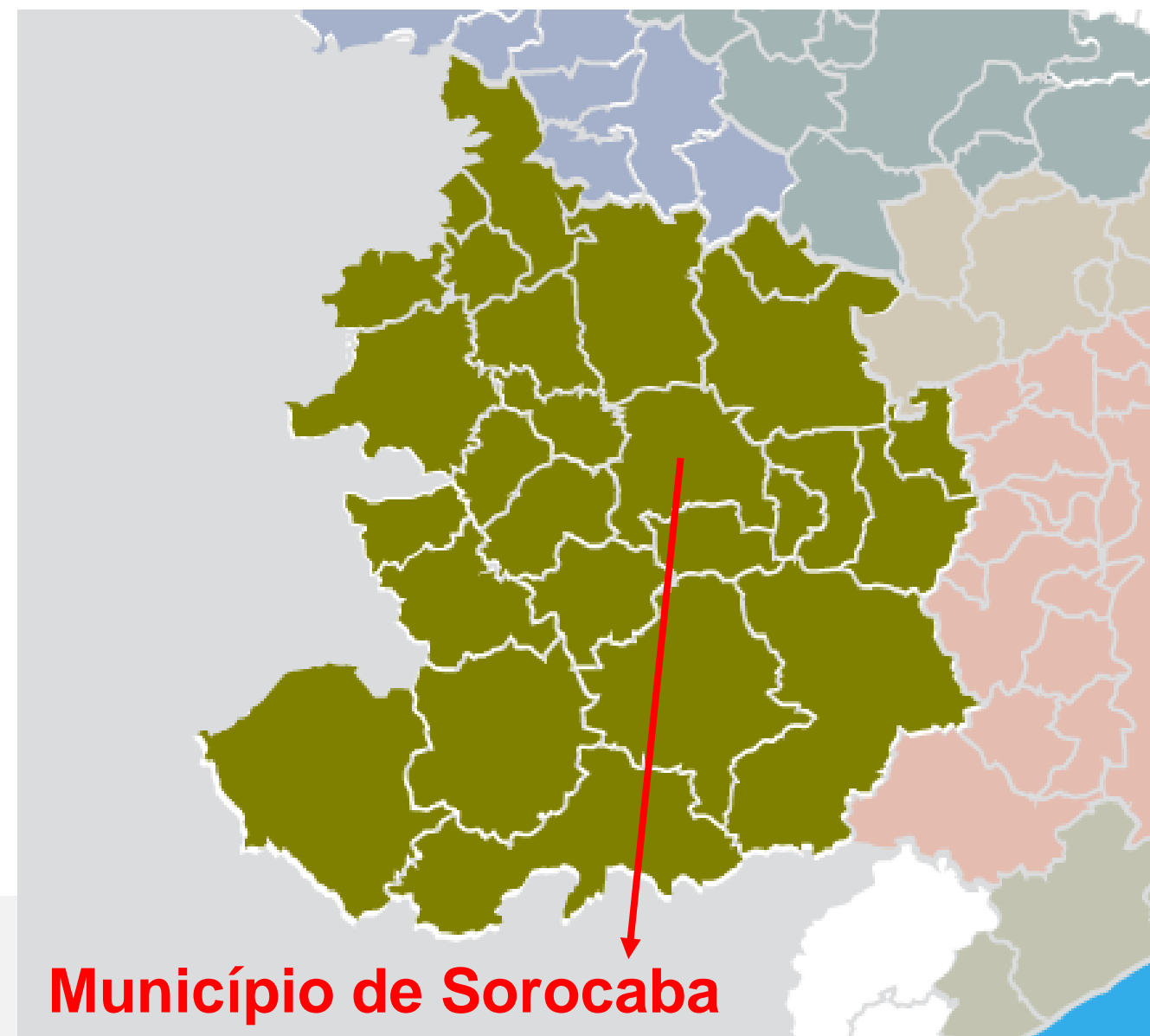
PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO – PDUI

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI

O Estatuto da Metrópole, **Lei Federal nº 13.089, de 12.01.2015**, determina que todas as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas brasileiras desenvolvam, nos próximos três anos, seus PDUI, com diretrizes para:

- os municípios que integram essas unidades territoriais deverão compatibilizar seus Planos Diretores Municipais às novas regras.
- implementação de programas, projetos e ações que promovam e/ou fortaleçam centros urbanos com concentração na melhorar a qualidade de vida: diversificada de emprego, comércio, serviços públicos e privados, habitação e equipamentos coletivos, cultura e lazer
- melhorar na distribuição das atividades no território, para garantia de abastecimento de água para futuras gerações, a promoção de corredores ecológicos para manter a biodiversidade e preservar os mananciais e a garantia de um marco legal construído coletivamente
- O processo de elaboração do PDUI teve envolver representantes do Estado e dos municípios que a integram, além de **representantes da sociedade civil**.

Região Metropolitana de Sorocaba



Região Metropolitana de Sorocaba

- **Abrangência (26 municípios):** Alambari, Alumínio, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Boituva, Capela do Alto, Cerquilha, Cesário Lange, Ibiúna, Iperó, Itu, Jumirim, Mairinque, Piedade, Pilar do Sul, Porto Feliz, Salto, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tapiraí, Tatuí, Tietê e Votorantim
- Estrategicamente situada entre duas importantes RMs do país, São Paulo e Curitiba, e ainda da RM de Campinas
- **População:** cerca de 1,7 milhão de habitantes

Região Metropolitana de Sorocaba

Fatores econômicos e logístico:

- o Produto Interno Bruto (2011) é de R\$ 46,7 bilhões, o equivalente a 3,46 % do PIB gerado no Estado, e ocupa a 11^o posição da economia paulista, com índice próximo ao da Região Metropolitana de Santos (3,88%)
- Possui 11 municípios localizados no eixo das rodovias Castelo Branco e Raposo Tavares
- economias baseadas em atividades industriais.

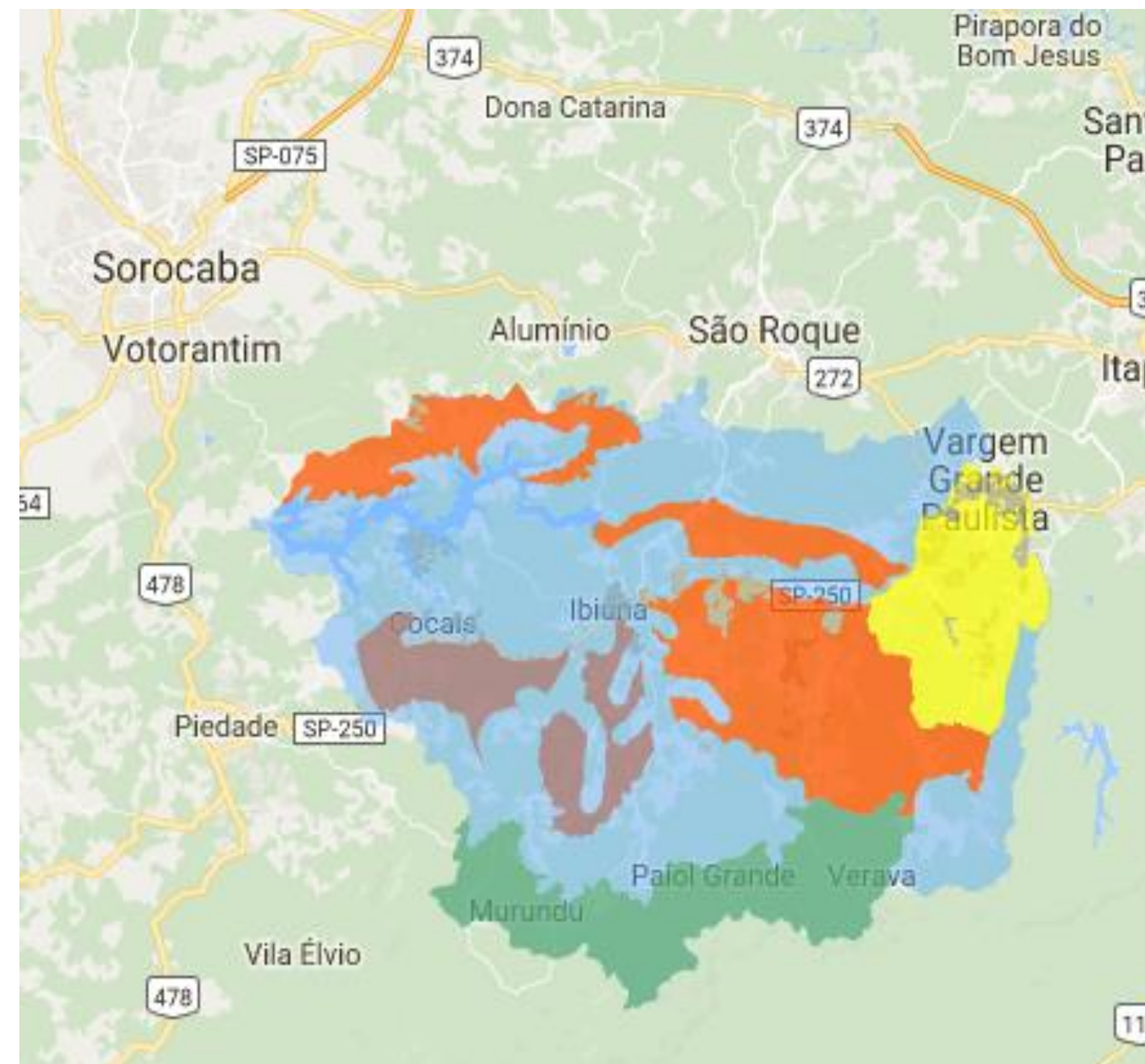
Elaboração o **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI**

Área de Proteção Ambiental - APA Itupararanga

Unidades Conservação de Uso Sustentável

Plano de Manejo :

**- aprovado pela Deliberação Consema 16,
em 21.07.2010, na 273ª Reunião Ordinária
do Plenário**





ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO
do Estado de São Paulo

Sistema Ambiental Paulista: proposta para 2017

FINALIDADE DO INSTRUMENTO

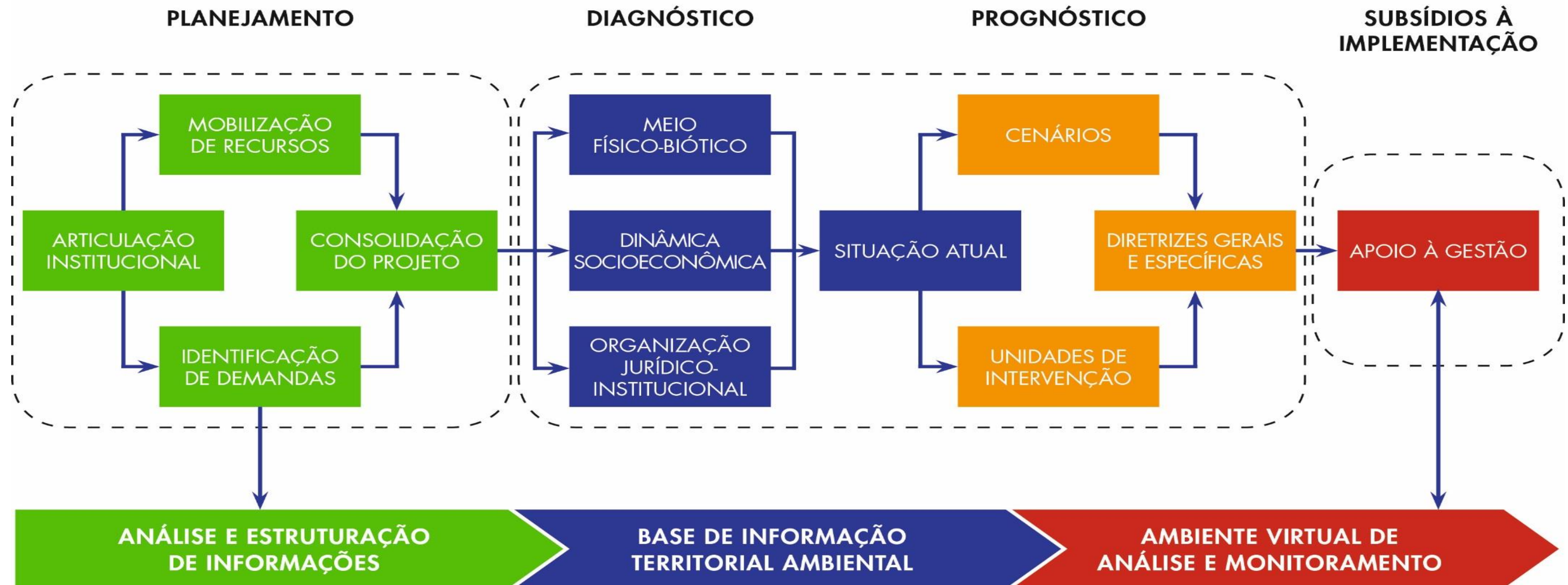


- **Instrumento básico e referencial sobre a dinâmica territorial do Estado**, voltado ao planejamento ambiental e à gestão do processo de desenvolvimento regional sustentável
- **Provisão de informações integradas e atualizadas** em base de dados geoambientais, classificando o território segundo suas **potencialidades e vulnerabilidades** quanto aos recursos naturais e socioeconômicos
- **Possibilidade de integração das políticas públicas** em base territorial, promovendo uma visão compartilhada e fortalecendo as parcerias com maior eficácia na tomada de decisões
- **Promoção de ferramenta orientadora do licenciamento ambiental e da gestão do território**, possibilitando uma ação interativa entre agentes públicos e privados, com bases participativas

ETAPAS



DIRETRIZES METODOLÓGICAS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

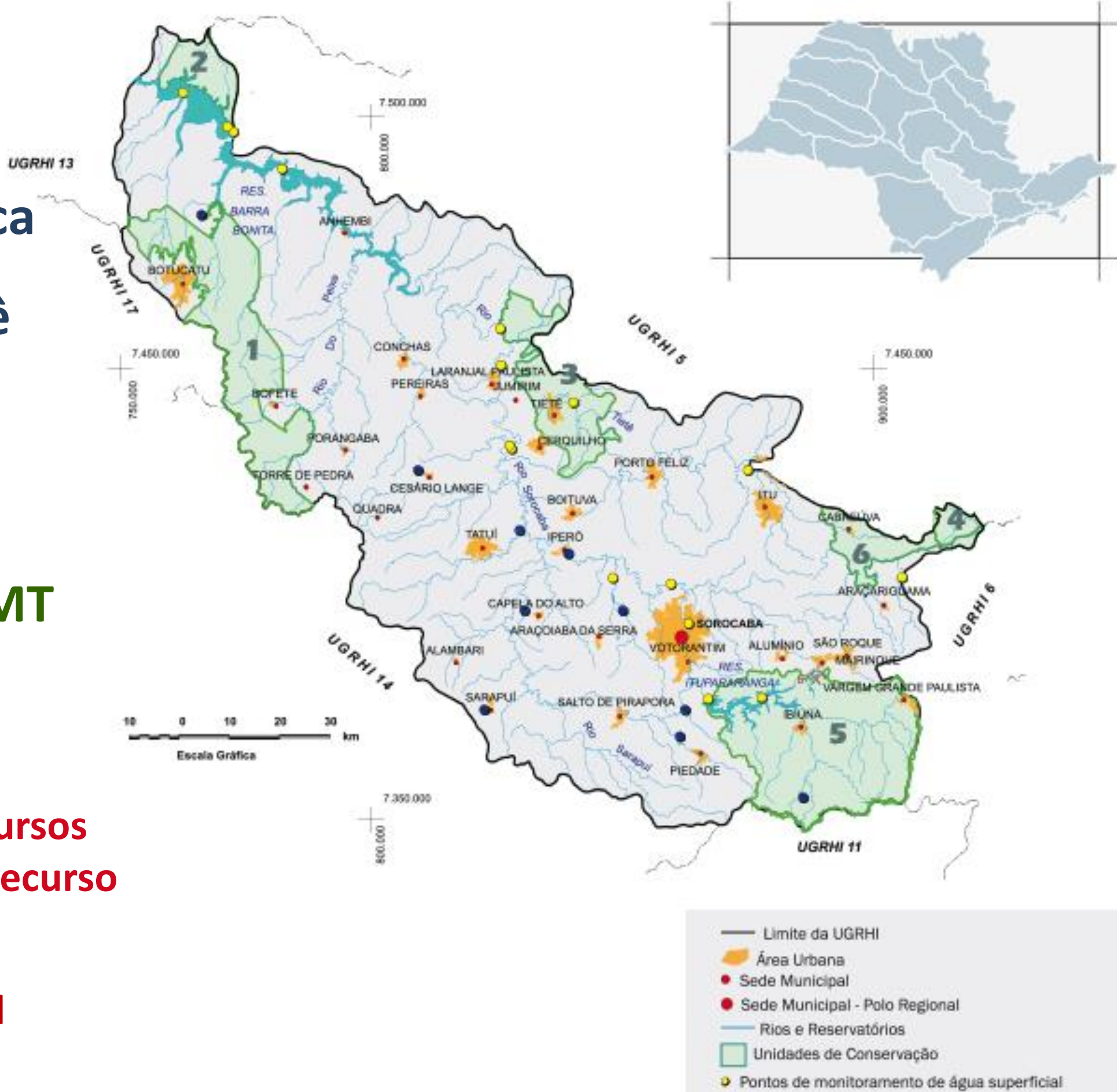


Fonte: MMA, 2001 (Diretrizes Metodológicas para o ZEE do Brasil)

Comitê de Bacia Hidrográfica do Sorocaba e Médio Tietê CBH- SMT

Plano de Bacia Hidrográfica CBH-SMT

- **Atender as Deliberações CRH 146/2012 e 188/2016**
- **Deliberado SMT nº 298, de 22.08.2013 recursos de R\$ 700.000,00 para Consórcio CERISO: recurso na licitação, processo parado.**
- **Apresentação até Dez/2017 da versão final**



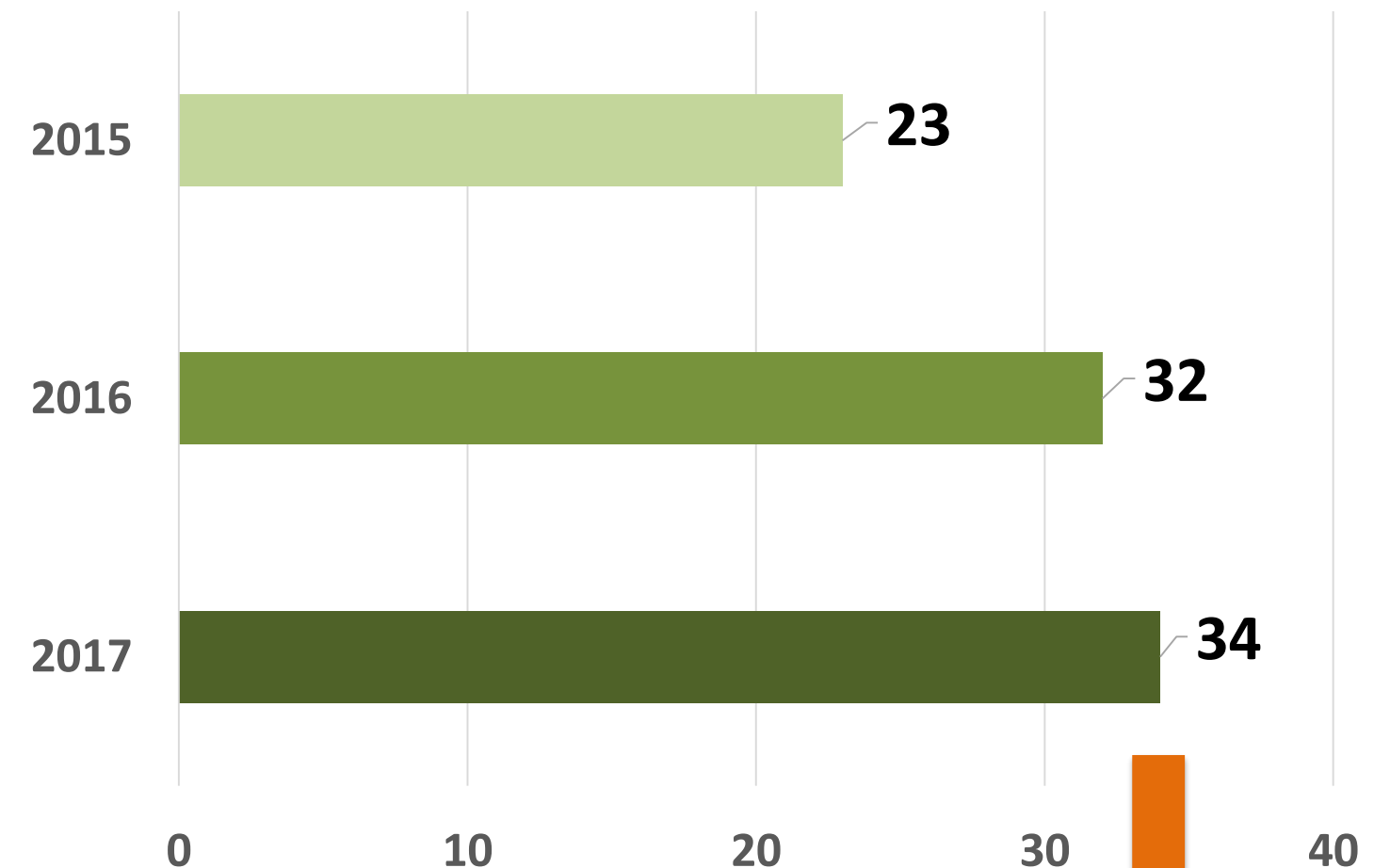
FIESP / CIESP

CAPACITAÇÕES REALIZADAS EM 2016

EVENTO	QUANTIDADE	PÚBLICO
Cadastro Técnico Federal do IBAMA	10 treinamentos	440 pessoas
Produção e Consumo Sustentáveis	4 eventos	200 pessoas
Atualização da ISO 14001 e Monitore	15 treinamentos	300 pessoas
Rodadas e Encontros de Negócios	36 eventos	2440 pessoas

Ação Institucional

Grupos de Meio Ambiente formados



Previsão de criar os GMA das
DRs de Santos e SJRP

MONITORE

Sistema de Gerenciamento de Obrigações Ambientais

Ferramenta de gerenciamento de obrigações ambientais programadas pelo usuário, com o recurso de alerta de seus vencimentos.

Os alertas são enviados pelo sistema para o e-mail cadastrado pelo usuário.

MONITORE

Sistema de Gerenciamento de Obrigações Ambientais

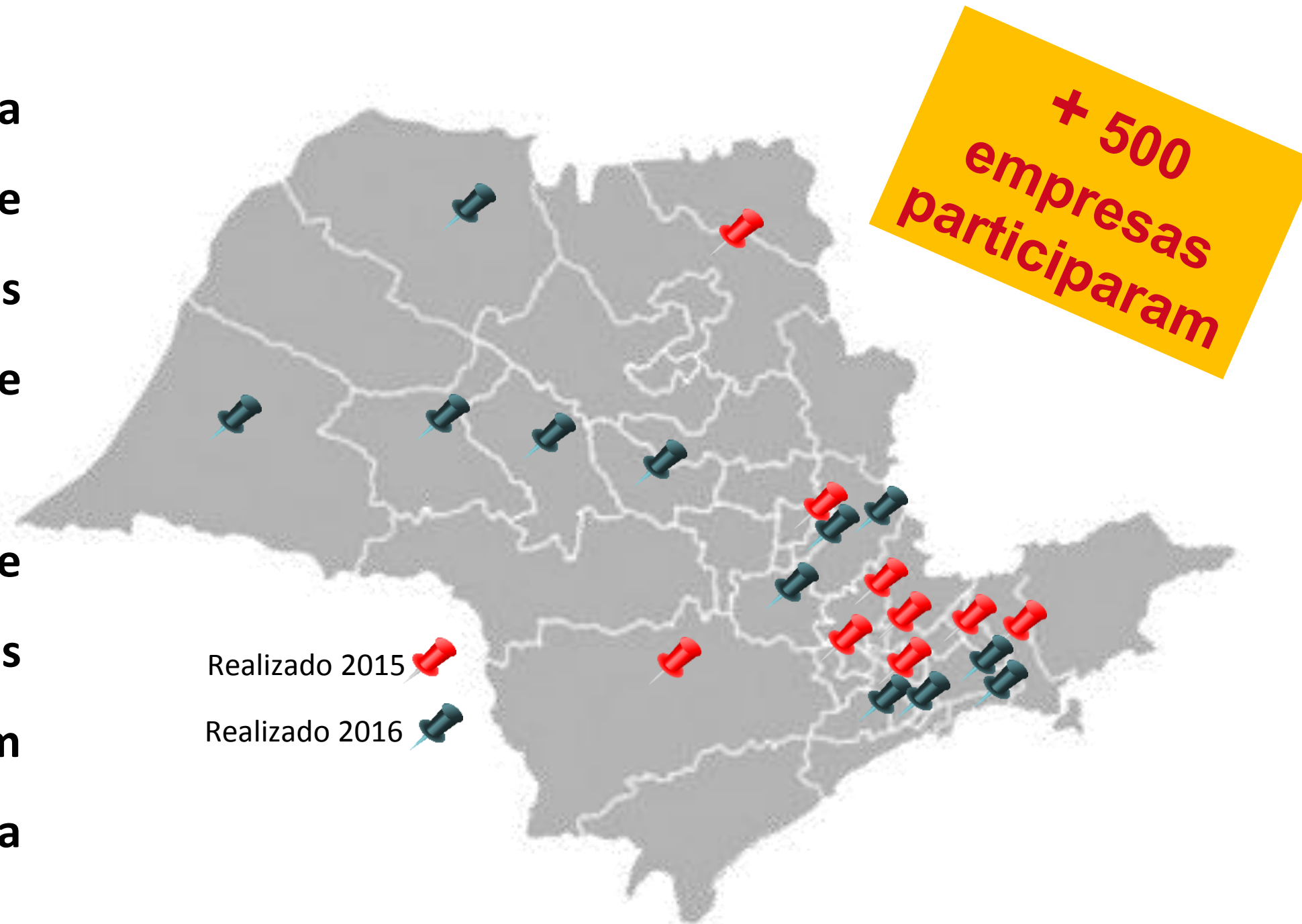


Ação Institucional

Treinamento Cadastro Técnico Federal – CTF IBAMA

O Cadastro Técnico Federal, é uma obrigatoriedade legal para pessoas físicas e jurídicas que exercem atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais

O objetivo do treinamento é dirimir dúvidas e suprir as necessidades de empresas associadas e parceiras que encontram dificuldades para o atendimento a essa exigência legal



FIESP / CIESP: 2017

☐ Produtos / Serviços

- ☐ Capacitação Monitore
- ☐ ISO 14001
- ☐ Produção e Consumo Sustentáveis
- ☐ Uso eficiente dos Recursos Hídricos

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Ação Institucional

Em **28.12.2015** foi aprovada a **Decisão da Diretoria CETESB nº 315/2015/C**.

Por esse ato a CETESB passou a considerar como **área integral da fonte de poluição** (art. 73-C do regulamento) a **área total do terreno ocupado pelo empreendimento ou atividade, acrescida das áreas construídas dos pavimentos superiores e/ou inferiores** para cálculo dos preços das Licenças.

Desde 18.04.2016 está suspensa por **Liminar Coletiva do CIESP** a aplicação da referida Decisão de Diretoria CETESB.

Procedimento para aplicação da Liminar:

- 1 - Solicitar a “**Declaração de Associado**” junto a regional do CIESP.
- 2 - Apresentar a declaração na CETESB juntamente com os documentos exigidos para sua tipologia de licenciamento.

Ação Institucional

Exemplo prático para Renovação de LO:

Atividade: **Indústria Química**

Área do terreno: **300.668,91 m²**

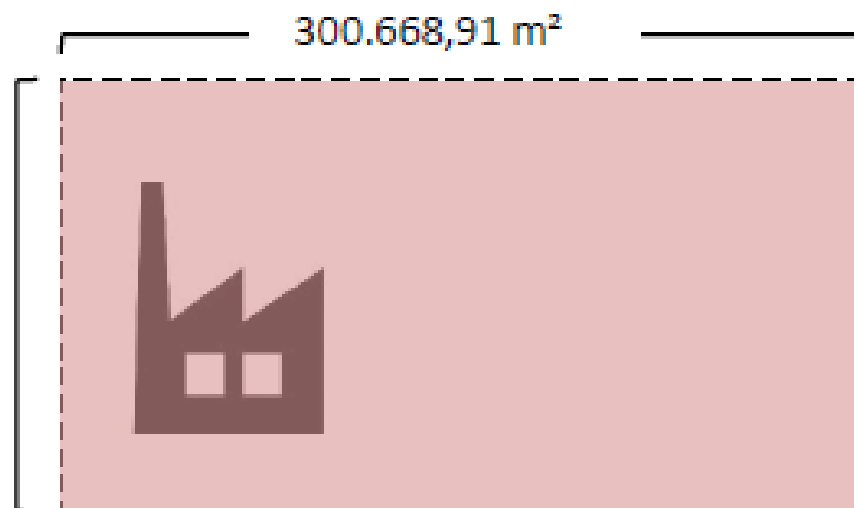
Área construída: **1.730,53 m²**

Atividade ao Ar Livre: **1.573,59 m²**

Preço da licença **sem LIMINAR**

R\$ 49.248,94

Considera área integral do terreno

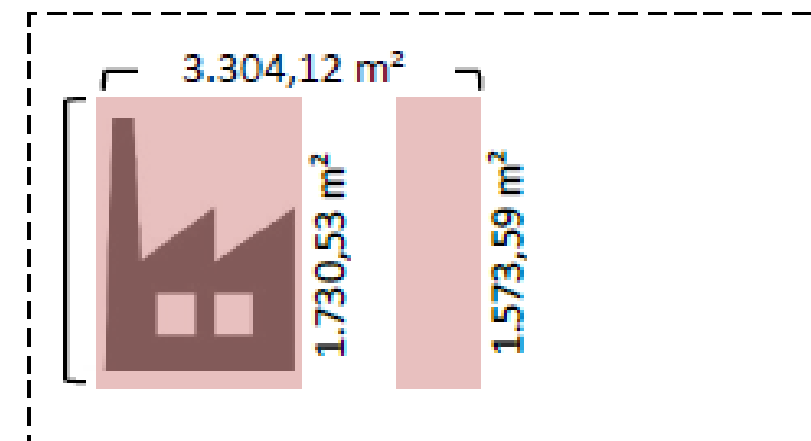


LICENCIAMENTO CETESB

Preço da licença **com LIMINAR**

R\$ 5.900,68

Considera área construída + atividade ao ar livre



Lei Complementar 140/2011

Art. 20. O art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental.

§ 1º Os pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão serão publicados no jornal oficial, bem como em periódico regional **ou** local de grande circulação, **ou em meio eletrônico de comunicação mantido pelo órgão ambiental competente.**



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE GABINETE DO SECRETÁRIO

PUBLICADA NO DOE DE 22-12-2016 SEÇÃO I PÁG.100

RESOLUÇÃO SMA Nº 102, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

Disciplina o procedimento para publicações dos licenciamentos ambientais para as atividades que especifica.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no artigo 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, com a redação dada pela Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, e

Emissões Atmosféricas - PREFE

- 2016 - Reuniões técnicas entre o setor industrial evidenciaram inconsistências entre o conteúdo do PREFE e o previsto pelo Decreto 59.113/13 sobre qualidade do ar, as quais foram levadas a Cetesb e a SMA como preocupação do setor com relação a efetividade desse dispositivo.
- **Consulta pública Guias de Melhor Tecnologia Prática Disponível**

A Fiesp e os setores contribuíram com a consulta pública, enviando suas sugestões de texto, principalmente sobre questões técnicas mencionadas nos Guias. As contribuições dos setores foram discutidas e consolidadas com a CETESB e SMA em reuniões ao longo de outubro e novembro.

Ações para 2017

- **Realização de workshops sobre os Guias de MTPD e diagnóstico Cetesb**

Ações para 2017

- **Compatibilização PNRS X PERS:** O texto que está sendo discutido na ALESP foi a proposta enviada pela Fiesp que atualmente aguarda contribuições dos demais participantes. **Não há previsão de término**
- **Projeto Piloto:** Aguardando a posse dos novos prefeitos para a apresentação do projeto na esfera municipal
- **Logística Reversa:** Acompanhamento das tratativas dos Acordos Setoriais e Termos de Compromisso



OBRIGADO

Departamento de Meio Ambiente - DMA
Avenida Paulista, 1313,
CEP: 01311-923 - São Paulo / SP

E-mail:

meioambiente@ciesp.com.br

meioambiente@fiesp.com

Tel: (11) 3549-3563

